



**Caruana S.A. Participações e Empreendimentos**

CNPJ/MF nº 07.882.656/0001-24

**Relatório da Administração**

Prezados Acionistas e Administradores, Apresentamos, para apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Caruana S.A. Participações e Empreendimentos (Holding), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório do Auditor Independente. **Cenário Mercado de Transporte:** Ao longo do exercício de 2025, o setor de transporte coletivo de passageiros apresentou estabilidade em seus principais indicadores operacionais, destacando-se a manutenção do volume de passageiros equivalentes transportados e da quilometragem total produzida. Observa-se uma consolidação gradual da demanda, ainda que em patamares inferiores aos níveis pré-pandemia. O ambiente macroeconômico permaneceu desafiador durante o período com taxas de juros elevadas, impactando as condições de crédito e as decisões de investimento do setor. Nesse contexto, as empresas operadoras de transporte coletivo mantiveram uma postura conservadora em relação à renovação de frota, concentrando-se, majoritariamente, no cumprimento das substituições obrigatórias previstas nos contratos de concessão, bem como na preservação e otimização dos ativos existentes. Para o exercício de 2026, as perspectivas para o segmento de transporte coletivo por ônibus são favo-

ráveis. A expectativa de redução das taxas de juros, associada à continuidade da recuperação gradual da demanda e à possível evolução de políticas públicas voltadas à mobilidade urbana e à sustentabilidade, tendem a contribuir para a manutenção de um desempenho operacional consistente. Ainda assim, o setor deverá permanecer atento aos desafios relacionados ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos; à evolução dos custos operacionais e à necessidade de investimentos em modernização, eficiência e transição energética. **Resultados Ativos:** A Caruana Participações encerrou o exercício de 2025 com um total de ativos de R\$ 136.012 mil (R\$ 146.302 mil em 31 de dezembro de 2024) indicando redução de 7,0% no período. **Patrimônio e Lucro Líquido:** A Holding encerrou o exercício com resultado negativo de R\$ 10.590 mil (lucro de R\$ 14.415 mil no exercício anterior) e o Patrimônio Líquido encerrou o ano em R\$ 101.058 mil (R\$ 112.653 mil em 31 de dezembro de 2024).

São Paulo, 11 de maio de 2026.  
A Administração

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)				Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	
<b>Circulante</b>		<b>40</b>	<b>558</b>		<b>32.103</b>	<b>31.978</b>	
Caixa e equivalência de caixa		40	558	7	31.954	31.308	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	33	80	8	31.954	31.308	
Outros créditos	5	7	478		84	591	
Diversos					65	79	
<b>Não circulante</b>		<b>135.972</b>	<b>145.744</b>		<b>2.851</b>	<b>1.671</b>	
Investimentos	6	135.972	145.744	7	2.851	1.671	
Participações em controladas					2.851	1.671	
<b>Total do ativo</b>		<b>136.012</b>	<b>146.302</b>	11a	<b>101.058</b>	<b>112.653</b>	
					83.843	83.843	
					17.215	28.810	
					<b>136.012</b>	<b>146.302</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional** – Os objetivos estratégicos estabelecidos pela Administração e por seu Estatuto Social compreendem a participação como sócia ou acionista, única e exclusivamente, em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). Atualmente, a Caruana S.A. Participação e Empreendimento ("Holding") detém participação de 99,63% na Caruana S.A. Sociedade de Crédito Financiamento e Investimento ("Sociedade"). Devido à sua natureza de empresa-holding financeira, seus resultados são compostos, principalmente por equivalência patrimonial originária da participação nas empresas controladas.

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações financeiras foram preparadas para propósitos especiais, com o objetivo de atender às necessidades específicas da Administração, não sendo destinadas, necessariamente, para outros fins. Adicionalmente, as demonstrações financeiras apresentadas são individuais e não consolidadas, tendo os investimentos em controladas sido reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial, em linha com a legislação societária aplicável e com a nota de investimento da Companhia. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

**Patrimônio líquido antes dos ajustes estimados provenientes da adoção da Resolução CMN nº 4.966 – 31/12/2024**

Provisão para Perda Esperada

"Stop Accrual"

Efeitos tributários

**Patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais após ajustes da Resolução CMN nº 4.966 – 1º/1/2025**

Provisão para Perdas esperadas

Saldo da provisão – Operações de Crédito em 31/12/2024

Efeito da adoção inicial Res. CMN nº 4.966/21

**Saldo inicial de provisão para perda esperada – 1º/1/2025**

a) Até 31 de dezembro de 2024 suspendida o reconhecimento, de apropriação da receita de juros relacionada a operações de crédito quando o atraso é igual ou superior a 60 dias e, a partir de 1º de janeiro de 2025 a suspensão do reconhecimento deverá ocorrer, quando o atraso é igual ou superior a 90 dias (aplicado apenas para as operações não caracterizadas como ativo problemático). **Lei nº 14.467/2022, de 16 de novembro de 2022:** Altera o tratamento fiscal para as perdas incorridas em operações com característica de crédito relacionadas às atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. A Lei entrou em vigor em 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Esta legislação é aplicável somente às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 11 de maio de 2026.

**3. Resumo das Principais Práticas Contábeis** – As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Apreciação do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro-rata* dia para as de natureza financeira; **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários em moeda nacional e estrangeira, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação; **c) Títulos e valores mobiliários:** Os instrumentos financeiros são classificados no reconhecimento inicial com base no modelo de negócios adotado pela Instituição para sua gestão e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A mensuração inicial é realizada pelo valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do instrumento, exceto para aqueles classificados ao valor justo por meio do resultado. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias: **• Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, que representam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal; **• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** ativos financeiros mantidos tanto para recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto para venda, cujos fluxos atendem ao critério de principal e juros; **• Valor justo por meio do resultado (VJR):** ativos financeiros que não atendem aos critérios para classificação nas categorias anteriores; A classificação dos ativos financeiros requer julgamento da Administração quanto ao modelo de negócios e à análise das características dos fluxos de caixa contratuais (teste de SPPI). Os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo são reconhecidos no resultado ou em outros resultados abrangentes, conforme a classificação do instrumento. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo, sendo suas variações reconhecidas no resultado do período, exceto quando designados como instrumentos de hedge, conforme regulamento vigente. Os títulos e valores mobiliários, quando existentes, são classificados pela Administração na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), considerando o modelo de negócios adotado, no qual os ativos podem ser mantidos até o vencimento ou liquidados antecipadamente. A Holding não possui títulos e valores mobiliários na data-base das demonstrações contábeis. Caso venha a realizar aplicações financeiras, por premissa de gestão, estas serão substancialmente direcionadas a títulos públicos do Governo Federal, considerados ativos de baixo risco de crédito e elevada liquidez no mercado nacional. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos instrumentos financeiros e, na data-base das demonstrações contábeis, não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas, considerando a natureza dos ativos e o reduzido risco de inadimplência das contrapartes. **d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – (impairment):** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do semestre e exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*. **e) Investimentos:** Representam participações acionárias em controladas, atualizado pelo método de equivalência patrimonial. A Holding é uma sociedade anônima de capital fechado e elabora suas demonstrações financeiras individuais em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias fechadas. A Administração avalia os dispositivos contidos nos artigos 249 e 250 da Lei nº 6.404/76, concluindo que a obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas aplica-se, expressamente, às companhias abertas, observadas as regulamentações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Considerando que a Companhia não é registrada como companhia aberta perante a CVM, nem está sujeita a

o órgão regulador que imponha a apresentação obrigatória de demonstrações consolidadas, a Administração optou pela não elaboração dessas demonstrações. Os investimentos em sociedades controladas são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com a legislação societária aplicável.

**Participações em coligadas e controladas:**

Caruana S.A. – SCFI

Busrental S.A. –

Buspays S.A.

**f) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9% (para a investida Caruana S.A., nota explicativa nº 6, as alíquotas são de 25% para IRPJ e 15% para CSLL). Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre adições e exclusões temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, quando passíveis de serem compensados, considerando as alíquotas vigentes nas datas de expectativa de realização, como apresentado para imposto de renda e contribuição corrente. Os ativos fiscais diferidos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. **g) Empréstimos e outras obrigações:** Os empréstimos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base mensal. Outras obrigações representam os dividendos a pagar aos acionistas em razão do lucro apurado no exercício e/ou exercícios anteriores. **h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo CPC, obedecendo aos seguintes critérios: **• Contingências ativas** – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos; **• Provisões e passivos contingentes** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; **• Obrigações legais – fiscais e previdenciárias** – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **i) Lucro por ação:** Seguindo as orientações divulgadas pelo CPC 41, o lucro/prejuízo por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período – número de ações ordinárias totais com os acionistas no início do período, ajustado pelo número de ações ordinárias readquiridas ou emitidas durante o período, multiplicado por fator ponderador de tempo (número de dias que as ações estão com os acionistas como proporção do número total de dias do período).

**4. Caixa e equivalência de caixa**

Títulos para negociação

Certificado de Depósito Bancário (CDB) Bradesco

Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

2025 Total

2024 Total

Reservas de lucros	Capital social	Legal	Especial	Lucro acumulado	Total
	83.843	994	14.506		99.343
				14.415	14.415
				(721)	(721)
				13.694	(13.694)
				(1.105)	(1.105)
	83.843	1.715	27.095		112.653
				(10.590)	(10.590)
				10.590	
				(1.005)	(1.005)
	83.843	1.715	15.500		101.058

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)**

2025 2024

(Prejuízo)/lucro do exercício

Outros resultados abrangentes

**Resultado abrangente total**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)**

2025 2024

Saldo em 31 de dezembro 2023

Lucro líquido do exercício

Destinações

Reserva legal

Reserva especial de lucros

Dividendos pagos

**Saldo em 31 de dezembro 2024**

Prejuízo do exercício

Destinações

Reserva especial de lucros

Dividendos pagos

**Saldo em 31 de dezembro 2025**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)

Nota 2025 2024

**Fluxo de caixa das atividades operacionais**

Lucro/(Prejuízo) ajustado do exercício

(Prejuízo)/Lucro do exercício

Juros sobre Empréstimos

Resultado de participações em coligadas e controladas

**Varição de ativos e passivos**

Redução/Aumento em outros créditos

(Redução)/Aumento em outras obrigações

**Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais**

**Fluxo de caixa das atividades de investimento**

Aumento de Capital em Controlada – CARUANA SCFI

Dividendos Recebidos

**Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de investimento**

**Fluxo de caixa das atividades de financiamento**

Empréstimos pagos

Dividendos pagos

**Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento**

**Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa**

**Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa no início

... continuação

**Caruana S.A. Participações e Empreendimentos**

idade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança e Administração da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto,

estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ■ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; ■ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; ■ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estima-

tivas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; ■ Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. ■ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 11 de maio de 2026.

**IBDO** BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC-2SP 013.846/O-1

**Paulo Sérgio Barbosa** Contador CRC 1SP 120.359/O-8

## Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

**DATA MERCANTIL** São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/05/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

